Regulamento do IPMA, I.P. relativo a

Estágios Curriculares, Extracurriculares e Profissionais

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º - Objeto

O presente regulamento estabelece as regras aplicáveis aos estágios a realizar no IPMA, I.P. sem prejuízo de especificações contidas no Despacho nº 23/2024 do Conselho Diretivo do IPMA, I.P.

Artigo 2.º - Modalidades de estágios

1. Os estágios a realizar no IPMA podem assumir as seguintes modalidades:
 - a) Estágios curriculares, que resultam de acordo celebrado entre o IPMA, I.P. e a instituição de ensino de origem do estagiário e, constituindo parte integrante do plano de curso do estagiário, visam complementar os conhecimentos adquiridos na instituição de ensino, nos termos previstos nos artigos 11.º e seguintes;
 - b) Estágios extracurriculares, que resultam de acordo celebrado entre o IPMA, I.P. e a instituição de ensino de origem do estagiário e visam aprofundar conhecimentos teórico-práticos nas áreas de trabalho do IPMA, I.P. nos termos previstos nos artigos 19.º e seguintes.
 - c) Estágios profissionais, que visam apoiar a inserção de jovens no mercado de trabalho, através do desenvolvimento de uma experiência prática em contexto de trabalho.

Artigo 3.º - Apreciação e autorização

1. Os pedidos de estágio são apreciados nos termos do art. 14.º do presente Regulamento.
2. A autorização para a realização do estágio compete ao Conselho Diretivo do IPMA.

Artigo 4.º - Formalização dos estágios

Os estágios curriculares e extracurriculares são formalizados através da celebração de um acordo de estágio entre o IPMA, I.P. e a instituição de ensino, no qual consta, designadamente:

- Identificação das partes;
- As datas de início e termo;
- A(s) unidade(s) orgânica(s) onde o estágio deve ser realizado;
- A identificação do supervisor ou orientador do IPMA, I.P. responsável pelo estágio;
- A identificação do supervisor ou orientador da instituição de ensino de origem;
- As principais regras de funcionamento do estágio, nos termos do previsto no presente regulamento, designadamente, plano de estágio, direitos e deveres do aluno estagiário, deveres da instituição de ensino e direitos e deveres do IPMA e o horário diário previsível.

Artigo 5.º - Supervisor e orientador do estágio

1. Compete ao Conselho Diretivo designar o supervisor/orientador dos estagiários acolhidos no IPMA, I.P.

2. Ao supervisor/orientador designado para cada estágio cabe:
 - acompanhar o estagiário durante todo o período de estágio.
 - zelar pela plena integração do estagiário na(s) unidade(s) orgânica(s) onde decorre o estágio, bem como para que lhe sejam disponibilizadas as condições necessárias à boa e integral prossecução do seu plano de estágio.
 - rever, se necessário, em cooperação com o supervisor ou orientador da instituição de ensino de origem e o estagiário, o plano de estágio, adaptando-o às especificidades do IPMA, I.P. e às particularidades de cada caso em concreto, devendo uma cópia do mesmo ser enviada à unidade orgânica responsável pelos recursos humanos para o devido arquivo.
 - Entregar ao estagiário, no prazo máximo de 30 dias após o termo do estágio, um relatório com a sua apreciação sobre o modo como decorreu o estágio, remetendo uma cópia do mesmo à unidade orgânica responsável pela coordenação dos estágios do IPMA, I.P. (NPACD). Caso o estagiário tenha, durante o estágio, mantido contacto com mais do que uma unidade orgânica, o supervisor/orientador do IPMA deve assegurar que no respetivo relatório é feita menção à prestação do estagiário em cada uma dessas unidades orgânicas, recolhendo para tal parecer dos respetivos dirigentes.

Artigo 6.º - Plano de estágio

O plano de estágio deve conter, designadamente:

- Nome do estagiário e contactos
- Instituição de origem
- Identificação escolar do aluno incluindo nº de apólice de seguro escolar
- Tipo de estágio e grau académico a atingir
- Título do estágio
- Nome e contactos do supervisor/orientador do IPMA, I.P.
- Nome e contactos do supervisor/orientador da instituição de ensino de origem
- Nível de qualificação do estagiário
- Unidade(s) orgânica(s) onde o estágio será desenvolvido
- Enquadramento na missão do IPMA, I.P. e projetos em curso a que estará associado
- Sumário do Plano de Trabalhos e objetivos a atingir
- Carga horária
- Datas de início e termo do estágio
- Critérios de avaliação de estágio, se aplicável.

Artigo 7.º - Condições e encargos

1. A realização de estágios não determina a existência de qualquer vínculo jurídico entre o estagiário e o IPMA, I.P. que extravase o previsto no presente regulamento, não se estabelecendo com o seu início e subsistência qualquer relação de natureza laboral ou de prestação de serviços, nem determinando a ocupação de postos de trabalho ou qualquer garantia de emprego subsequente.
2. A realização de estágios não pressupõe o pagamento por parte do IPMA, I.P. de qualquer remuneração ou quantias relacionadas com o trabalho desenvolvido no âmbito do estágio.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, nos estágios curriculares e extracurriculares, o IPMA, I.P. suporta os seguintes encargos:
 - Tempo de dedicação do investigador designado com supervisor/orientador;
 - Espaço físico e outras infraestruturas alocadas ao estágio e estagiário.

Artigo 8.º - Direitos e deveres dos estagiários

1. O IPMA rege-se pelo princípio de igualdade de oportunidades e não discriminação, assegurando tratamento igual e independente de género, origem cultural, étnica e religiosa ou deficiência dos candidatos.
2. Durante o período de estágio, o estagiário pode circular nas instalações do IPMA, I.P., devendo dispor de um cartão de identificação a emitir pela unidade orgânica responsável.
3. O estagiário pode ainda utilizar os serviços do refeitório disponíveis nas instalações do IPMA, I.P.
4. Ao estagiário deve ser facultado, durante todo o período de estágio, um posto de trabalho e material adequados ao desempenho das funções que estiverem programadas.
5. O estagiário deve conformar-se com as orientações do respetivo orientador, bem como com as regras de funcionamento interno do IPMA, I.P., as quais deve procurar conhecer e cumprir integralmente, durante todo o tempo do respetivo estágio.
6. O estagiário, durante e após o estágio, obriga-se a manter total sigilo em relação a todos os factos e informações não públicas de que teve conhecimento durante o estágio ou em resultado do mesmo.
7. O estagiário não pode fornecer a terceiros qualquer informação ou documento não públicos respeitantes ao trabalho do IPMA, I.P.
8. Findo o estágio, o estagiário tem direito a certificação emitida pelo IPMA, I.P. com a duração do estágio e a menção da unidade(s) orgânica(s) onde o estágio foi realizado.

Artigo 9.º - Seguros

A instituição de ensino de origem é responsável por fazer um seguro de acidentes pessoal e responsabilidade civil que cubra eventuais danos sofridos ou causados pelo estagiário, em resultado de deslocções e da sua atividade no IPMA, I.P.

Artigo 10.º - Cessação antecipada do estágio

1. O IPMA, I.P. pode fazer cessar o estágio a qualquer momento, nos termos estabelecidos no acordo de estágio, devendo notificar desta decisão, por escrito, o estagiário com uma antecedência de 5 dias úteis.
2. O IPMA, I.P. deve ainda notificar a instituição de ensino, nos termos previstos no número anterior.
3. Da cessação antecipada do estágio não resulta para o estagiário, nem para a instituição de ensino nos casos de estágios curriculares, o direito a qualquer indemnização.
4. São, designadamente, causas de cessação antecipada do estágio pelo IPMA, I.P.
 - a) Desinteresse ou dificuldade de integração do estagiário nos objetivos das unidades orgânicas;
 - b) Revelada incapacidade do estagiário na execução das funções fixadas no plano de estágio;
 - c) Incapacidade do estagiário para entender ou aplicar normas ou instruções que lhe sejam transmitidas;
 - d) Incorreção ou demora injustificada na execução de tarefas;
 - e) Mau relacionamento com o supervisor ou orientador, dirigentes, funcionários, ou público em geral;
 - f) Incompreensão quanto às condições e limites inerentes ao estágio profissional;
 - g) Não cumprimento ou cumprimento defeituoso de qualquer disposição fixada no plano de estágio.
5. O estagiário pode fazer cessar antecipadamente o estágio desde que tal seja comunicado ao IPMA, por escrito, com uma antecedência mínima de 10 dias úteis da data em que pretende que produza efeitos a cessação.
6. No caso dos estágios curriculares, a instituição de ensino pode igualmente fazer cessar

antecipadamente o estágio em curso, nos termos estabelecidos no acordo de estágio, desde que tal seja comunicado, ao IPMA, I.P., por escrito, com a antecedência mínima prevista no número anterior.

CAPÍTULO II

Estágios Curriculares

Artigo 11.º Objetivos e enquadramento

Os estágios curriculares a realizar no IPMA, I.P. têm como objetivo complementar os conhecimentos adquiridos na instituição de ensino, na respetiva área de formação, em contexto de trabalho e aprofundar conhecimentos teóricos e práticos em diferentes áreas de trabalho do IPMA, I.P.

Artigo 12.º Destinatários

Os estágios curriculares destinam-se a estudantes que dominem fluentemente a língua Portuguesa e se encontrem matriculados em cursos do ensino secundário ou Instituições de Ensino Superior (IES), em Portugal ou no estrangeiro, desde que os seus planos curriculares prevejam a existência de um estágio curricular ou dissertação como parte integrante da respetiva formação.

Artigo 13.º - Apresentação do pedido de estágio

1. O pedido de estágio deve ser apresentado, preferencialmente, nos termos estabelecidos e divulgados no website do IPMA, I.P.
2. Excepcionalmente, podem ser apreciadas candidaturas espontâneas.
3. Os interessados devem ainda assinalar na respetiva candidatura de estágio, no campo disponível, se apresentam algum grau de deficiência ou se necessitam de algum cuidado especial ao nível de condições de segurança e saúde no trabalho.

Artigo 14.º - Apreciação de candidaturas e autorização

1. A seleção de candidatos a estágio baseia-se unicamente em critérios de competência, relevância e capacidade de acolhimento por parte da instituição, sem discriminação de qualquer outra natureza.
2. Recebida a candidatura nos termos definidos e divulgados no website do IPMA, I.P., a mesma é apreciada por um júri que inclui obrigatoriamente o supervisor/orientador designado para o estágio, o respetivo chefe de Divisão, e o Diretor de Departamento, ou elemento por este designado.
3. No caso de o Chefe de Divisão ser o supervisor/orientador, deverá o Diretor de Departamento indicar outro elemento para integrar o júri.
4. A deliberação de júri deve conter:
 - a) A apreciação global sobre os requisitos necessários à autorização de cada pedido de estágio em concreto, com menção aos termos e condições aplicáveis nos termos do presente regulamento;
 - b) Uma proposta sobre a(s) unidade(s) orgânica(s) onde o estágio poderá ser realizado, tendo em conta a(s) área(s) de preferência identificada(s) no pedido de estágio e de acordo com o resultado de uma prévia consulta aos respetivos dirigentes.
5. Sempre que se revele necessário para a apreciação do pedido, podem ser solicitados à instituição de ensino ou ao interessado esclarecimentos ou a junção de documentos adicionais.
6. Recebida uma candidatura enquadrada no nº2 do art.º 13, a mesma é enviada para apreciação

à chefia do serviço que melhor enquadre o objeto do estágio.

7. Após apreciação positiva de uma candidatura enquadrada no nº2 do art.º 13 pela chefia de serviço, o processo integra os mesmos procedimentos de aprovação definidos para os restantes casos.

Artigo 15.º - Estrutura do estágio curricular

1. O estágio curricular deve desenvolver-se de acordo com o previsto no diploma que aprovou o plano de estudos do correspondente curso, adaptado casuisticamente às especificidades do IPMA, I.P., nos termos constantes no plano de estágio.
2. Caso o diploma que procedeu à aprovação do plano de estudos seja omissivo quanto à estrutura do estágio curricular, o mesmo deve desenvolver-se em duas fases, nos seguintes termos:
 - Na primeira fase, de acolhimento e sensibilização do estagiário, é proporcionada formação inicial sobre a estrutura, as competências e o funcionamento do IPMA e sobre as matérias específicas integradas na temática do estágio;
 - Na segunda fase, o estágio engloba uma componente formativa em contexto real de trabalho, traduzindo-se na aplicação prática de conhecimentos preexistentes visando o enriquecimento da componente técnica e profissional do estagiário.

Artigo 16.º - Duração do estágio

1. O estágio curricular tem a duração prevista no diploma que aprovou o plano de estudos do curso correspondente, e concordado com o responsável do estágio no IPMA, I.P.
2. Caso o diploma que aprovou o plano de estudos seja omissivo quanto ao regime e horário do estágio curricular, o mesmo deve realizar-se, sempre que possível, em regime de tempo integral, correspondente ao regime horário dos funcionários do IPMA I.P.
3. O controlo de assiduidade é feito pelo IPMA, I.P.

Artigo 17.º - Protocolo de estágio

1. O IPMA e a instituição de ensino de origem podem celebrar um protocolo que enquadre a possibilidade de realização de estágios curriculares regulares.
2. Os referidos estágios seguem as regras estabelecidas no presente capítulo com as eventuais adaptações decorrentes do estabelecido no protocolo.
3. A cada estágio curricular corresponderá uma adenda específica ao protocolo, integrando o Plano de Estágio nos termos do artigo 6º do presente regulamento.
4. Na ausência de protocolo de cooperação inster-institucional, deverá ser celebrado acordo específico para cada estágio integrando o Plano de Estágio, nos termos do artigo 6º do presente regulamento.
5. Cada orientador/supervisor não poderá ter a seu cargo mais do que 3 estágios curriculares em simultâneo, salvo autorização excecional devidamente fundamentada pelo CD.

Artigo 18.º - Relatórios e certificado de frequência

1. No fim do estágio, o estagiário deve enviar à unidade orgânica responsável pela coordenação dos estágios do IPMA, I.P. (NPACD) uma cópia em formato digital do relatório de estágio entregue na instituição de ensino de origem, e um relatório contendo uma reflexão crítica e informada da atividade realizada no seu âmbito.
2. O estagiário pode requerer ao IPMA, I.P. a emissão de um certificado de frequência de estágio, condicionada ao cumprimento do disposto no número anterior.

CAPÍTULO III

Estágios Extracurriculares

Artigo 19.º Objetivos e enquadramento

1. Os estágios extracurriculares realizados no IPMA, I.P. destinam-se a proporcionar uma experiência dinâmica em contexto laboral, com vista ao aprofundamento de conhecimentos teóricos e práticos nas diferentes áreas de trabalho do IPMA, I.P.
2. Os estágios extracurriculares são desenvolvidos tendo em conta as habilitações académicas e técnico-profissionais dos estagiários.
3. Os estágios extracurriculares a realizar no IPMA, I.P. estão obrigatoriamente enquadrados em acordo de cooperação/protocolo com a instituição de ensino de origem do estagiário.

Artigo 22.º Apresentação do pedido

Os interessados em realizar um estágio extracurricular no IPMA, I.P. devem submeter o seu pedido nos mesmos termos do descrito no art.º 13.

Artigo 23.º - Avaliação do pedido e autorização

O processo de apreciação e autorização segue os trâmites do disposto no art.º 14.

Artigo 24.º - Duração e horário

1. O estágio extracurricular tem a duração estabelecida no acordo de estágio.
2. O estágio extracurricular deve realizar-se, sempre que possível, em regime de tempo integral, correspondente ao regime horário dos funcionários do IPMA, I.P.
3. O controlo de assiduidade é feito pelo IPMA, I.P. e deve garantir o cumprimento da duração prevista para o estágio extracurricular.

Artigo 25.º Relatório

1. No prazo máximo de 30 dias após o termo do estágio, o estagiário deve enviar à unidade orgânica responsável pela coordenação dos estágios do IPMA, I.P. (NPACD) um relatório contendo uma reflexão crítica e informada da atividade realizada no seu âmbito.
2. Findo o estágio, o estagiário pode requerer ao IPMA, I.P. a emissão de um certificado de frequência de estágio, a qual fica dependente do cumprimento do disposto no número anterior.

CAPÍTULO IV

Estágios Profissionais

Artigo 26.º - Natureza e enquadramento

1. O IPMA, I.P. recebe estagiários ao abrigo do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central (PEPAC) ao abrigo e nos termos definidos pelo respetivo regulamento.

Artigo 27º - Destinatários

1. Podem candidatar-se a estes estágios os jovens licenciados/as ou com grau académico superior, que não se encontrem a trabalhar na sua área de formação e nível de qualificação, que cumpram os requisitos do programa.

Artigo 28º - Áreas científicas de candidatura

1. O IPMA poderá receber candidaturas de todas as áreas científicas relevantes para o trabalho desenvolvido no Instituto, sujeito a avaliação de adequação a cada estágio em concreto.

Artigo 29º - Candidaturas e seleção

2. As candidaturas ao PEPAC devem ser apresentadas na plataforma constituída para o efeito no site da BEP - Bolsa de Emprego Público.
3. Os candidatos são selecionados através de avaliação curricular e entrevista perante júri determinado pelo Conselho Diretivo do IPMA.

Artigo 33º Entrada em vigor

1. O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.
2. Sem prejuízo dos casos em que as normas do presente regulamento se afigurem de aplicação mais favorável aos estágios em curso, o regulamento é somente aplicável aos estágios cujas candidaturas sejam apresentadas após a sua entrada em vigor.

Lisboa, 14-08-2024